

cias registada em letra de forma.

Poucas semanas depois do seu assassinato, Alexander Litvinenko, um antigo agente do FSB refugiado no Reino Unido, adoeceu gravemente em Londres. Tinha acusado Putin de ser o verdadeiro responsável pelos atentados terroristas que atingiram, em 1999, alguns bairros residenciais de Moscovo matando centenas de pessoas com o intuito de criar um pretexto para a segunda guerra na Tchetchénia. Morreu poucos dias

depois, envenenado com polónio 210, um raro isótopo radioactivo a que raras organizações poderiam ter acesso. Até hoje, o caso ainda não saiu dos jornais, pelas suas consequências diplomáticas. O Ocidente começa finalmente a hesitar sobre a sua “amizade” com Putin.

Anna Politkovskaya ainda tem uma hipótese de desmentir as palavras do Presidente russo sobre a sua morte.

POR NOEL MALCOLM

COLÉGIO ALL SOULS, UNIVERSIDADE DE OXFORD

Uma predilecção por opiniões em detrimento dos factos

“O nosso maior historiador vivo – não apenas da Grã-Bretanha, mas do mundo”, está enfaticamente escrito na contracapa deste livro, citando, de todas as fontes, *The Spectator*. “No que concerne a inqualificável inteligência, não há superior a Hobsbawm na profissão de historiador”, comenta *The Guardian*, com um pouco mais de precaução.

Eric Hobsbawm é certamente um historiador eminente e um homem inteligente, e por completar 90 anos ainda com a sua caneta na mão, merece a nossa admiração. Esta colecção dos seus ensaios e palestras mais recentes celebra esse aniversário, e transmite-nos o vigor e a paixão com que este famoso intelectual examina o mundo contemporâneo. Mas as qualidades de um grande historiador são aqui conspícuas, sobretudo devido à sua ausência.

Uma boa escrita histórica envolve prestar muita atenção a factos e a uma estruturação cuidadosa de argumentos coerentes. Acima de tudo, requer o que pode ser apelidado de “subtileza prática” – o reconhecimento de que os motivos e as acções humanas são coisas complexas que interagem com outros factores de todos os tipos, de diferentes formas. A maior parte deste livro, contudo, consiste não em interpretação histórica, mas em opinião política. E o que oferece não é subtileza prática, mas simplicidade teórica, tornada complexa só por ocasionais auto-contradições.

Apenas um destes artigos descreve correctamente um argumento histórico, ao analisar as diferenças básicas entre o poder “imperial” Americano e o do antigo Império Britânico. Mas também este ensaio é guiado por preocupações polémicas, dirigidas contra aqueles que afirmam que os EUA devem, actualmente, providenciar algo equivalente à antiga “Pax Britannica”. E, uma vez que Hobsbawm acredita que a Pax Britanni-

ca foi ilusória e que os EUA não devem impor a sua versão desta, mesmo que possam, não é claro se a componente histórica do seu argumento tem validade prática.

Por outro lado, estes artigos exprimem um conjunto de atitudes sobre uma série de temas contemporâneos. Três tópicos surgem constantemente: globalização, o enfraquecimento do estado, e a natureza da política externa da América. Vamos analisá-los brevemente em separado.

De acordo com Hobsbawm, os governos “removeram sistematicamente todos os obstáculos” para “um capitalismo global sem restrições”. O resultado é “um espectacular e potencialmente explosivo crescimento da desigualdade social e económica, dentro dos países e internacionalmente”, o que está a tornar o mundo um local muito mais instável.

Nenhuma prova concreta é apresentada para apoiar esta conclusão. Mesmo que houvesse provas de desigualdades relativas a alastrar, qualquer um poderia considerar importante indagar sobre os efeitos de crescimentos absolutos no nível de vida. Poderia ainda elaborar uma lista dos pontos de instabilidade do mundo de hoje (Darfur, Faixa de Gaza, Afeganistão, Iraque, Sri Lanka) e questionar quantos desses conflitos foram causados pelas desigualdades sociais do capitalismo global.

Em determinado ponto Hobsbawm comenta, muito razoavelmente, que a globalização está a originar mais igualdade internacional, enfraquecendo deste modo a força do ultrapassado imperialismo económico: “a Coreia do Sul tem pouco a aprender com os EUA, que exporta o seu trabalho burocrático para o Sri Lanka, enquanto o Brasil produz não só café mas jactos privados”. Como é possível, pode o leitor



perguntar, discorrer sobre o argumento da globalização nestas duas direcções opostas?

Uma pista pode ser a de que a versão da “desigualdade” constitui um argumento contra os negócios americanos, enquanto a versão da “igualdade” representa, de um modo próprio, um argumento contra... os negócios americanos.

Quanto ao enfraquecimento do Estado, também este argumento é mais afirmado do que corroborado. Vários factores são responsáveis, é-nos dito, sendo o mais importante (previsivelmente) o capitalismo global e a “teologia” do mercado. “O ideal da soberania do mercado é... uma alternativa a qualquer tipo de políticas, uma vez não há necessidade de decisões políticas”. Mas isto é pensamento preto no branco ao mais alto nível – faltando-lhe não só subtilidade prática, mas qualquer tipo de subtilidade.

Uma alternativa a qualquer tipo de políticas? A ser verdade, isto descreve um “ideal” defendido somente por uma insana franja libertária.

Outra causa do enfraquecimento do Estado, é-nos dito, é o crescimento de grupos terroristas como a ETA e o IRA. Isto produziu uma “crise”, com o Estado a ser incapaz de continuar a “levar a cabo as suas

funções básicas de manutenção do controlo”. Num outro ponto, contudo, Hobsbawm assevera que tais organizações “não são efectivamente ameaçadoras”, e que mesmo a al-Qaeda representa um perigo “negligenciável” aos regimes de Estados estáveis.

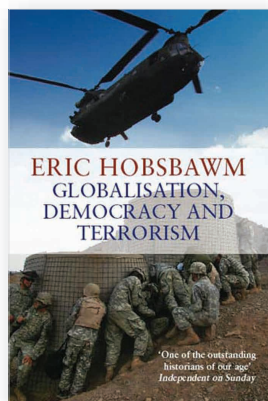
Aqui, a reconciliação das duas afirmações não é tão simples, mas pelo menos um aspecto é claro: menosprezar a ameaça da al-Qaeda (como Hobsbawm repetidamente faz) envolve enfatizar a acusação de que os EUA a exageraram, para os seus próprios maliciosos propósitos.

O que nos traz à política externa americana desde o 11 de Setembro. Aqui, Hobsbawm oferece, quase com semelhante paixão, não menos que três teorias separadas, como segue:

(1) O controlo de Washington foi tomado por “malucos”, e é impossível tentar compreender o que estão a fazer; (2) Eles almejam demonstrar a sua “supremacia global” ao mostrar “que os EUA podem invadir qualquer Estado que seja suficientemente pequeno”; (3) A política é, de facto, “dirigida para dentro, não para fora”: procura reforçar o controlo sobre a população americana, ao invocar inimigos fantasiosos.

A ideia de que a invasão do Iraque foi promovida por Wolfowitz, Perle e companhia, dado eles acreditarem sinceramente que tal acção levaria a uma solução de longo prazo para o Médio Oriente, é colocada completamente de lado, com a argumento de que tal crença teria sido absurda. Deste modo, aos ‘malucos’ não é permitido serem sinceramente malucos; eles devem ser ao mesmo tempo malucos e calculistas, enganadores e cínicos. Também aqui, se houver duas maneiras conflitantes de diminuir a dignidade dos EUA, Hobsbawm irá, rejubilante, prosseguir-las.

Seguramente, pode qualquer leitor sentir, a argumentação contra a política externa dos EUA merece melhor do que o que nos é apresentado. “A história o dirá” é uma expressão convencional, normalmente melhor evitada. Mas deve ser verdade que um dia os historiadores nos dar-nos-ão uma ampla visão sobre como e porquê foi Washington para a guerra. Muito do que têm para dizer pode não contribuir para honrar a América. Contudo, uma coisa é certa: o modo como a história é contada por historiadores competentes será muito diferente do modo como ela é apresentada aqui.



Globalisation, Democracy and Terrorism
Eric Hobsbawm

Little, Brown, Londres,
2007, 192 pp.